



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 01/07/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado manifestou apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do Sistema Único de Saúde (SUS) pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais. Elogiou a mobilização da categoria, especialmente na Bahia, e destacou o papel do líder Antonio Brito como Relator da proposta. Também lembrou sua atuação como Prefeito de Guanambi (BA), quando implementou o piso salarial da categoria. Em seguida, tratou da dificuldade em encontrar mão de obra em setores como o agronegócio e a construção civil, apontando que muitos trabalhadores evitam a formalização por temerem perder o benefício do Bolsa Família. Por fim, defendeu que o Governo Federal permita a inserção desses beneficiários no mercado formal de trabalho, mantendo temporariamente o benefício até que se estabilizem profissionalmente, evitando assim a informalidade e contribuindo para o crescimento econômico do país.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada celebrou o início de julho, conhecido como "Julho das Pretas", destacando a importância de o Parlamento brasileiro dar visibilidade às demandas das mulheres negras. Ressaltou que, ao longo do mês, diversas atividades ocorrerão na Câmara com foco na valorização das mulheres negras trabalhadoras do campo, da cidade e de todas as regiões do país. Por fim, defendeu a inclusão dessas mulheres no Orçamento e nos espaços de poder, afirmando que o desafio da Casa é reconhecê-las como protagonistas da política e da democracia.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado defendeu seu relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.466, de 22 de maio de 2025, derrubando o aumento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), afirmando que a medida protege os brasileiros mais pobres ao evitar o encarecimento de itens como pão, café, combustível, gás de cozinha, financiamento de casas e carros, além de beneficiar o agronegócio. Além disso, criticou a tentativa de judicializar a decisão do Congresso no Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que 383 Deputados votaram favoravelmente ao relatório. Por fim, rejeitou a ideia de que sua proposta beneficiaria os ricos e afirmou que o Governo Federal deveria cortar Ministérios e gastos com viagens ao invés de aumentar impostos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado criticou a decisão do Governo Lula de judicializar a derrubada do aumento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), aprovada por ampla maioria no Congresso (383 votos a 98). Explicou que, ao recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Executivo desrespeita a Constituição e viola a separação entre os Poderes. Afirmou que o art. 49, inciso V da Constituição garante ao Congresso o poder de sustar atos do Executivo que extrapolem sua competência, como teria ocorrido com o uso do IOF com fins arrecadatórios, quando sua natureza é regulatória. Afirmou que o Governo, sem base parlamentar e em crise, tenta reverter uma derrota legislativa por meio do Judiciário. Além disso, acusou o Planalto de má gestão, aumento excessivo de gastos e aparelhamento da máquina pública, e pediu uma reação firme do Parlamento, classificando a judicialização como uma “declaração de guerra ao Congresso Nacional”.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado manifestou preocupação com a decisão da Justiça Federal do Pará que suspendeu, em 25 de junho, as obras de derrocamento do Pedral do Lourenço, etapa essencial para a viabilização da hidrovía do Rio Tocantins. Afirmou que a paralisação compromete a competitividade logística nacional, especialmente para o agronegócio da região central do País, que passaria a usar os portos de Itaqui, em São Luis (MA) e Vila do Conde, em Barcarena (PA), mais próximos dos mercados asiáticos e europeus que os portos do Sul e Sudeste. Além disso, destacou que a hidrovía também traz ganhos ambientais, ao reduzir o uso de rodovias e, consequentemente, as emissões de gases poluentes. Explicou que a suspensão judicial se baseia na ausência de consulta às populações ribeirinhas, no licenciamento ambiental fragmentado e na insuficiência de estudos sobre impactos à pesca artesanal e à fauna aquática. Ao final, apelou por uma solução conciliatória entre órgãos ambientais, Ministério Público e Justiça Federal, defendendo que o progresso não deve excluir a preservação ambiental, mas tampouco pode impedir o desenvolvimento e a geração de empregos.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado explicou que, como Vice-Presidente da Comissão de Viação e Transportes, tem cobrado melhorias da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), do Ministério dos Transportes e das empresas concessionárias. Enalteceu avanços recentes, como a duplicação da Dutra e obras na Serra das Araras, mas expressou preocupação com a paralisação, há 20 dias, das obras de revitalização da ferrovia em São João de Meriti (RJ), incluindo um viaduto essencial e uma ciclovia de 14 quilômetros. Também disse que, após pressão e envio de ofícios ao Ministério dos Transportes, ANTT e MRS Logística, aguarda-se a retomada das obras de revitalização da ferrovia e construção de um viaduto. Por fim, reafirmou seu compromisso com a infraestrutura da região e com a população da Baixada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado criticou propostas de ajuste fiscal que visariam cortar investimentos em saúde, educação, salário mínimo e benefícios sociais, enquanto mantém isenções fiscais para os mais ricos. Defendeu que banqueiros, bilionários e empresas de apostas (*bets*) devem contribuir com impostos justos, ao invés de sobrecarregar os mais pobres. Além disso, apoiou a decisão do Presidente Lula de acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Congresso pela derrubada do aumento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), e cobrou que a disputa política revele claramente quem defende os interesses populares e quem protege os privilégios das elites econômicas.

Emanuel Pinheiro Neto (MDB - MT) - O Deputado criticou a resistência das elites brasileiras à justiça social, especialmente diante da proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Destacou a disparidade na arrecadação, como o fato de que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de São Paulo gera mais receita que todo o Imposto Territorial Rural (ITR) no país. Apontou que profissionais de renda média, como professores, enfermeiros e policiais, sustentam os programas sociais, enquanto grandes fortunas, lucros e dividendos continuam subtributados. Além disso, alertou para os riscos da reforma administrativa à autonomia dos servidores públicos e defendeu uma tributação mais justa e progressiva. Finalizou ressaltando que o déficit de 2023 é herança da gestão anterior e que o esforço atual é por uma reforma que promova equilíbrio fiscal com justiça social.

Marcon (PT - RS) - O Deputado destacou o lançamento do novo Plano Safra pelo Presidente Lula, ressaltando o volume recorde de R\$ 605 bilhões destinados ao setor agropecuário — R\$ 89 bilhões para a agricultura familiar (com juros entre 2% e 7% ao ano) e R\$ 516 bilhões para o agronegócio. Em seguida, elogiou os Ministros do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, e da Agricultura, Carlos Fávaro, e afirmou que os recursos visam fortalecer tanto os pequenos produtores, como agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas e pescadores, quanto o grande agronegócio. Enfatizou que o juro de 2% é reservado à produção de alimentos sem agrotóxicos e defendeu que o Governo Lula vem abrindo mercados internacionais — mais de 380 nos últimos três anos —, promovendo não só o incentivo à produção, mas também à comercialização. Finalizou criticando quem acusa Lula de ser contra o agronegócio, afirmando que essa ideia é fruto de desinformação e má-fé.

Daniel Trzeciak (PSDB - RS) - O Deputado registrou a presença do Vereador Lary, do Município de Rio Grande (RS), no Plenário da Câmara dos Deputados. Destacou o trabalho do Vereador nas áreas de educação e desenvolvimento econômico, ressaltando seu empenho na defesa da instalação de uma usina termelétrica



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

na cidade — um investimento estimado em R\$ 6 bilhões. Por fim, enalteceu a atuação próxima da comunidade e reafirmou seu apoio ao Vereador, independentemente de filiações partidárias.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado parabenizou o Fluminense pela vitória sobre a Inter de Milão, destacando o bom momento do futebol brasileiro com Fluminense e Palmeiras entre os oito melhores times do mundo. Em seguida, criticou o Governo Lula, acusando-o de hipocrisia ao alegar que deseja taxar bilionários enquanto, segundo ele, perdoa dívidas de grandes empreiteiras envolvidas na Lava Jato e tenta elevar o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), penalizando a população de baixa renda. Citou ainda dados da consultoria *Henley & Partners* que apontam a saída de 1.200 milionários brasileiros em 2025, atribuindo esse êxodo à insegurança política, alta carga tributária e má gestão do Governo. Concluiu dizendo que o atual governo promove mais impostos e corrupção, prejudicando especialmente os mais pobres.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado destacou o lançamento do Plano Safra pelo Presidente Lula, que destina R\$ 516 bilhões ao agronegócio e já abriu cerca de 290 novos mercados internacionais desde 2023. Também ressaltou o lançamento do maior Plano Safra da Agricultura Familiar da história, com R\$ 89 bilhões e juros reduzidos, incluindo taxas de apenas 2% para produção orgânica e agroecológica. Por fim, afirmou que as medidas reforçam a convicção do Governo de que a agricultura é um motor para o desenvolvimento econômico e social do país.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou a votação da revogação do decreto sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), ocorrida na Câmara, classificando-a como um “escárnio” e um “desrespeito” ao Parlamento e à população. Afirmou que a pauta foi manipulada com articulação entre o Presidente da Câmara, Hugo Motta, o Senador Davi Alcolumbre e líderes da direita e extrema direita, aproveitando o esvaziamento da Casa durante o feriado de São João. Defendeu a prerrogativa do Executivo de regulamentar o IOF e declarou que o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), assim como o próprio Governo. Na continuidade, acusou o Congresso de atuar em benefício de elites — como banqueiros, grandes proprietários e o agronegócio — em detrimento de pautas sociais, como saúde, educação e salário mínimo. Além disso, criticou a resistência do Congresso em votar a taxação das grandes fortunas, das apostas (*bets*) e dos super-ricos, e defendeu a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada parabenizou o Presidente Lula pela iniciativa de acionar o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), para reverter a derrubada do decreto que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Disse que o Congresso violou o princípio da separação dos Poderes ao sustar o decreto. Destacou que a medida do Executivo busca combater a evasão fiscal dos super-ricos, equilibrar as contas públicas e garantir investimentos em direitos sociais. Além disso, criticando a direita e a extrema direita por defenderem interesses das elites econômicas, afirmou que a base do Governo continuará lutando para cumprir os compromissos de campanha de Lula: taxar os milionários, proteger os pobres e investir em saúde, educação e programas sociais.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado prestou homenagem póstuma a Sapiran Coutinho de Brito, gaúcho de Bagé (RS), ex-Vice-Prefeito da cidade, ator, escritor, professor, cronista e figura marcante da cultura e do trabalhismo. Lembrou que Sapiran atuou como General Osório na série Guerra do Paraguai e como Leonel Brizola no filme Legalidade, dirigido por seu filho, o cineasta Zeca Brito. Além disso, destacou o legado político, artístico e intelectual deixado por Sapiran, expressou solidariedade à companheira Maria Luiza Teixeira e concluiu com uma homenagem poética, pedindo que Sapiran continue iluminando o caminho dos trabalhistas.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado alertou para o desafio fiscal enfrentado pelo Brasil, ressaltando que metade do Orçamento da União está comprometida com juros e rolagem da dívida pública. Destacou que, apesar de o Governo Federal ter reduzido seus gastos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) — de 19,5% em 2023 para 18,8% em 2024 —, o orçamento segue engessado, exigindo escolhas estruturais. Além disso, rejeitou propostas da direita que envolvem desvincular aposentadorias do salário mínimo, cortar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou reduzir os investimentos constitucionais em saúde e educação. Defendeu, como alternativa, a revisão das renúncias fiscais — que ultrapassam R\$ 800 bilhões — e a tributação sobre lucros, dividendos e juros sobre capital próprio. Criticou ainda a derrubada, pelo Congresso, do decreto do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), classificando a medida como uma extrapolação de competências em favor do setor financeiro. Defendeu que a saída para a crise passa pelo diálogo e por uma reforma fiscal justa, que não penalize os mais pobres.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado ironizou a narrativa do Governo e de Parlamentares do PT que recorreram ao Supremo Tribunal Federal contra a derrubada do aumento do IOF pelo Congresso. Citou o art.49 da Constituição para sustentar que o Legislativo pode sustar atos do Executivo que extrapolem delegação, lembrando que o IOF é tributo regulatório, não arrecadatário. Ainda sobre o assunto, acusou o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Planalto de violar a separação de Poderes ao judicializar o tema e pediu reação firme da Câmara e do Senado para preservar suas prerrogativas. Ao finalizar, advertiu que o Executivo tentou repassar ao contribuinte mais pobre o custo do rombo fiscal.

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado registrou sua participação na 14ª Cavalgada de São Pedro dos Crentes, evento tradicional do Maranhão. Parabenizou o Prefeito Rômulo Arruda e a Primeira-Dama Elaine Arruda pela organização da festa, destacando sua importância para a cultura local. Também saudou os Prefeitos parceiros presentes: Dra. Fernanda, do Município de Fortaleza dos Nogueiras (MA); Itaires Tratorzão, de Lajeado Novo (MA); e Marcos Vinícius, de São João do Paraíso (MA), além de Vereadores e Vice-Prefeitos que participaram da celebração no Município.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado prestou homenagem póstuma ao irmão José Edson, conhecido como Zelitinho. Destacou que Zelitinho foi ex-Secretário de Obras de Ribeira do Pombal (BA) e ex-candidato a Prefeito de Araci (BA). Relembrou a trajetória conjunta, desde os tempos de tratorista até a conquista do mandato de Deputado Federal, ressaltando o apoio constante do irmão em sua vida pública.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado solidarizou-se com o Deputado Ricardo Maia pelo falecimento de seu irmão. Em seguida, criticou a política tributária do Governo Lula. Recordou que a “taxa das blusinhas”, defendida por Janja como custo exclusivo das empresas, arrecadou quase 3 bilhões de reais pagos pelos consumidores em 2024. Também criticou a tentativa de elevar o IOF, alegadamente voltada aos bilionários, e exemplificou o impacto sobre pequenos comerciantes. Além disso, denunciou o uso de avião da FAB pela Primeira-Dama para consultas médicas e acusou Parlamentares do PT de apelar ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministro Alexandre de Moraes para reverter decisão do Congresso e ampliar impostos.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado manifestou solidariedade à categoria da segurança privada após a morte de um vigilante durante assalto a carro-forte em Campina Grande (PB). Relembrou um caso semelhante ocorrido em 2024 e criticou o Governo Lula pelo Programa Pena Justa, que beneficia criminosos em detrimento de trabalhadores da segurança. Também reafirmou compromisso com projetos de lei que ampliam direitos da categoria, como o porte de armas de uso restrito e o uso obrigatório de coletes balísticos tipo III-A, visando garantir condições mínimas de paridade diante da violência enfrentada.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado destacou a queda da taxa de desemprego no Brasil, que atingiu 6,2% entre março e maio, o menor índice desde 2012, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Citou o crescimento do PIB, a baixa da inflação e o lançamento dos Planos Safra da Agricultura Familiar e da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

agroindústria, que somam mais de R\$ 600 bilhões. Defendeu uma reforma fiscal progressiva, com menos impostos para os mais pobres e maior tributação sobre os super-ricos. Comemorou também a produção do primeiro carro da BYD em Camaçari (BA), ressaltando o papel do Governador Jerônimo Rodrigues para o desenvolvimento do setor automobilístico no País.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado criticou o falso moralismo de colegas do PL e questionou a ausência de representatividade popular nas decisões do Parlamento. Relatou visita à moradora Maria Antonieta, em São Paulo, para exemplificar como a população mais pobre não é afetada por tributos como IOF, LCA ou LCI, pois sequer tem renda para incidir sobre esses instrumentos. Defendeu uma reforma tributária progressiva, na qual os mais ricos contribuam mais, e repudiou o *lobby* empresarial que influencia votações contra os interesses populares. Reafirmou seu compromisso com as causas dos mais pobres, destacando sua origem e atuação nas periferias.

Geraldo Resende (PSDB - MS) - O Deputado relatou visita às aldeias Jaguapiru e Bororó, em Dourados (MS), onde entregou dois caminhões-pipa para amenizar a escassez de água que afeta mais de 20 mil indígenas. Nesse sentido, destacou o empenho da bancada federal para viabilizar um sistema completo de abastecimento de água para a comunidade. Anunciou também a inauguração, entre 14 e 18 de julho, do primeiro Samu Indígena do País, fruto de sua articulação com o Ministério da Saúde e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Criticou a resistência inicial da Prefeitura local e ressaltou o compromisso com as comunidades indígenas, consideradas as mais vulneráveis do Estado.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada defendeu a inclusão do povo negro, especialmente das mulheres negras, nas decisões orçamentárias e nas políticas públicas do País. Ao apoiar as medidas fiscais propostas pelo Presidente Lula e pelo Ministro Haddad, destacou a importância de taxar os bilionários, casas de apostas e o sistema financeiro, como forma de combater privilégios e ampliar a justiça social. Ademais, lembrou a criação do Orçamento participativo pelo PT e ressaltou avanços em educação, como a expansão dos institutos federais. Ao concluir, afirmou que sua atuação parlamentar prioriza o povo e a equidade de gênero nas políticas públicas.

Padre João (PT - MG) - O Deputado elogiou a iniciativa do Presidente Lula, por meio da Advocacia-Geral da União, de acionar o Supremo Tribunal Federal contra a decisão do Congresso que derrubou o decreto do aumento do IOF. Defendeu a medida como parte de um esforço por justiça tributária, com redução da carga para a população e aumento da contribuição de bilionários, bancos e casas de apostas. Também criticou Parlamentares alinhados ao mercado, acusando-os de defender cortes em direitos sociais, congelamento do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

salário mínimo e nova reforma da Previdência. Reforçou o apoio à taxaço de supersalários e à reviso de incentivos fiscais em favor de mais investimentos em políticas públicas.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou a decisào do Governo Lula e do Ministro Haddad de acionar a Advocacia-Geral da Uniào para contestar a aprovaço do projeto de decreto legislativo que rejeitou o aumento do IOF. Alegou que o imposto atingirá diretamente a populaço mais pobre e a classe média, que dependem de crédito para consumo. Além disso, acusou o Governo de mentir ao dizer que a medida visa taxar apenas os ricos. Defendeu cortes nos gastos públicos e denunciou o crescimento da máquina estatal, com críticas à atuação da Primeira-Dama. Ademais, advertiu contra a interferência do Ministro Alexandre de Moraes, classificando-a como ataque à democracia e ao Parlamento.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou a ação da Advocacia-Geral da Uniào no Supremo Tribunal Federal contra a derrubada do decreto do IOF, afirmando que o Congresso tem a prerrogativa constitucional de sustar atos do Executivo. Definiu a iniciativa do Governo como uma afronta à separação dos Poderes e classificou como ditatorial a tentativa de judicializar decisões do Legislativo. Defendeu o respeito à autonomia do Parlamento e alertou que a interferência do Executivo pode representar o fim da democracia no Brasil.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado alertou para a transformação do IOF, originalmente imposto regulatório, em tributo de caráter arrecadatório. Criticou o Governo por recorrer ao Supremo Tribunal Federal sempre que enfrenta derrotas no Congresso, comparando o Judiciário a um irmão mais velho que resolve conflitos. Defendeu a autonomia do Parlamento, afirmando que a Casa não pode se submeter a pressões externas e deve resistir à judicialização das decisões legislativas.

Clarissa Tércio (PP - PE) - A Deputada destacou a presença da filha na tribuna e enfatizou a educação conservadora e os valores patrióticos que transmite a ela. Relatou participação em manifestação pacífica na Avenida Paulista, onde esteve ao lado de familiares de presos políticos dos eventos de 8 de janeiro de 2023, classificando como injustiça as condenações e prisões. Nesse sentido, criticou a perseguição a quem defende fé, família e liberdade. Além disso, denunciou a insegurança causada por bailes conhecidos como “inferninho” em Pernambuco, apresentando projeto de lei para coibir esses eventos. Também falou sobre o projeto de lei que regulamenta a criação de cães de grande porte, especialmente *pit bulls*, para evitar ataques e proteger vidas humanas. Finalizou abordando a urgência no atendimento a autistas e pediu agilidade na tramitação do projeto que define prazo para o atendimento pós-diagnóstico.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado recordou uma história para ilustrar como líderes influenciam comportamentos, associando-a à conduta do Presidente Lula, que mente sobre dados oficiais, inclusive admitindo inventar informações. Criticou Ministros e integrantes do PT por propagarem desinformação nas redes sociais, sobretudo em relação ao Congresso e à quantidade de apoiadores de Bolsonaro na manifestação da Avenida Paulista, classificando essas ações como mentiras deliberadas.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado destacou sua participação nos lançamentos dos Planos Safra da Agricultura Familiar e da Agricultura Empresarial, ressaltando o aumento significativo dos recursos destinados, que chegaram a R\$ 1,722 trilhão, valor que mais que dobrou em relação aos R\$ 881 bilhões do Governo anterior. Mencionou que, apesar dos juros altos da Selic, o Governo manteve subsídios para a linha de transição energética, aquisição de equipamentos e melhorias no Proagro, beneficiando agricultores afetados por enchentes, especialmente no Rio Grande do Sul.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou a nova portaria da Polícia Federal que regulamenta a fiscalização de armamentos. Expressou preocupação com a possibilidade de agentes entrarem na residência de cidadãos sem aviso prévio ou ordem judicial para vistoriar armas registradas. Afirmou que a medida remete a práticas autoritárias e contraria princípios democráticos. Além disso, questionou como o Ministro da Justiça pode permitir tal regra e afirmou que a norma está repleta de equívocos, classificando o dispositivo como uma afronta às garantias constitucionais.

Daniel Agrobom (PL - GO) - O Deputado criticou o corte de quase R\$ 500 milhões na subvenção ao seguro rural, destacando os impactos negativos para pequenos, médios e grandes produtores. Afirmou que a medida compromete a segurança de quem investe na produção agrícola e enfraquece o setor que sustenta a economia nacional. Também cobrou a implementação urgente de medidas de securitização para renegociação de dívidas do agronegócio, alertando para os altos juros enfrentados pelos produtores e o risco de colapso do setor. Por fim, anunciou a apresentação de requerimento para a realização de audiência pública sobre o tema.

Célio Silveira (MDB - GO) - O Deputado lamentou o falecimento do cartunista Jorge Braga, ocorrido em Goiânia (GO). Expressou solidariedade aos familiares e destacou a relevância cultural do artista para o Estado de Goiás.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado elogiou o desempenho do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e destacou avanços recentes do Governo Lula, como os recordes nos Planos Safra para a agricultura familiar



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

(R\$ 89 bilhões) e o agronegócio (R\$ 516 bilhões). Mencionou ainda a valorização da Bolsa, a queda do dólar, o controle da inflação e o aumento do emprego. Entretanto, criticou a dificuldade do Congresso em promover justiça social por meio da divisão de renda, apontando a predominância de interesses de grandes empresários e fazendeiros. Por fim, afirmou que é papel do Supremo Tribunal Federal julgar a constitucionalidade da questão do IOF.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou o Governo Lula, mencionando pesquisa que apontou 51,1% de avaliação negativa e classificando a gestão como um “governo fracassado”. Condenou a Portaria nº 961, de 2025, do Ministério da Justiça, que, segundo ele, centraliza e engessa a atividade de inteligência policial nos Estados, comprometendo o combate ao crime organizado. Também rechaçou o tratamento criminalizante dado às ações de inteligência e anunciou apoio a um Projeto de Decreto Legislativo para sustar os efeitos da medida. Ao final, ironizou a situação das Forças Armadas, afirmando que os caças da FAB estariam sem combustível, como reflexo da política econômica federal.

ORDEM DO DIA

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da ordem do dia da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da ordem do dia da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica. Além disso, destacou a presença de lideranças do Município de Ronda Alta (RS) e reforçou a mobilização dos Municípios gaúchos pela prorrogação do pagamento das dívidas do setor agropecuário, fortemente impactado por cinco tragédias climáticas recentes. Nesse sentido, informou ser relator de projeto sobre o tema e pediu apoio para que a proposta seja votada ainda neste semestre.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da ordem do dia da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica. Além disso, defendeu a aprovação urgente do projeto que trata da isenção da contribuição previdenciária para policiais e bombeiros militares aposentados, nos moldes da medida já adotada pelo Estado de São Paulo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da ordem do dia da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da ordem do dia da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da ordem do dia da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado registrou a presença do Prefeito de Caxias do Sul (RS), Adiló Didomenico, no plenário da Câmara, acompanhado por secretários municipais. Segundo o Parlamentar, a comitiva tratou com o Governo Federal de pautas estratégicas para a reconstrução e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, com destaque para o Aeroporto de Vila Oliva e obras na BR-116, considerada essencial para o acesso à Serra Gaúcha.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica. Além disso, criticou a condução econômica do Governo Federal,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

acusando-o de falta de previsibilidade orçamentária. Também comentou a derrota do Governo na votação sobre o IOF, alertando que a elevação de impostos sobre os mais ricos impacta diretamente os mais pobres.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica. Além disso, abordou a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2023, que altera o art. 166 da Constituição Federal e acrescenta o art. 138 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para destinar parte dos recursos das emendas individuais e de bancadas estaduais e do orçamento da União a ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado encaminhou a votação da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada defendeu a garantia de recursos para a Defesa Civil, destacando seu papel essencial na proteção de vidas em situações de calamidade. Mencionou o cenário vivido no Rio Grande do Sul, com famílias em telhados e em condições precárias, e enfatizou a importância tanto do trabalho voluntário quanto do serviço profissional estruturado. Reforçou a necessidade de atuação conjunta entre União, Estados e Municípios. Criticou a falta de agilidade na implementação de projetos estruturais no Estado e alertou que há recursos parados no fundo estadual, apesar da urgência das ações.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada questionou a lentidão do Governo do Rio Grande do Sul na execução dos recursos federais destinados à Defesa Civil e à recuperação do Estado, ressaltando que foram repassados R\$ 111 bilhões pelo Governo Federal. Apontou dificuldades enfrentadas tanto pelo Governo estadual quanto por prefeituras na elaboração de projetos que viabilizem a aplicação dos recursos. Criticou a decisão do Congresso Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que trata do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

aumento do IOF, classificando a ação como inconstitucional e prejudicial ao ordenamento institucional e à democracia.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00, para o fim que especifica.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada lembrou que ainda não houve resposta do Ministério da Gestão sobre o acordo relacionado ao reajuste salarial de médicos e médicos-veterinários. Afirmou que a resposta da Ministra Esther Dweck era esperada há mais de uma semana, conforme determinação do Presidente da Comissão, Deputado Hugo Motta. Declarou que se sentiu na obrigação de atualizar os colegas sobre a situação e reiterou a expectativa de que o Ministério apresente em breve uma resposta à demanda dos Deputados envolvidos nas negociações.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado criticou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 214, de 2025, que susta o decreto do Governo Federal sobre a majoração do IOF, e defendeu a decisão do Governo de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de ação declaratória de constitucionalidade (ADC). Afirmou que a medida visou resguardar as prerrogativas constitucionais do Presidente da República, uma vez que não houve extrapolação do poder regulamentar, conforme o art. 153 da Constituição. Argumentou a favor da nota da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) sustentando a tributação dos super-ricos, a correção de injustiças fiscais e o combate à evasão. Apoiou a Medida Provisória (MPV) nº 1.303, de 2025, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País; o Projeto de Lei (PL) nº 1.087, de 2025, que concede isenção fiscal de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil; a proposta de revisão de isenções tributárias; e o PL nº 4.920, de 2024, que modifica a previdência dos militares. Por fim, sugeriu ao Governo Lula o envio de projetos de lei sobre a escala 6 por 1 e os supersalários.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado criticou a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 214, de 2025, que susta o decreto do Governo Federal sobre a majoração do IOF, e afirmou que a medida não extrapolou os limites constitucionais, cabendo ao Poder Executivo defender suas prerrogativas junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Rechaçou a ideia de desrespeito ao Parlamento, ressaltando a disposição do Governo Lula para o diálogo. Além disso, elogiou a retomada de programas como o Farmácia Popular, Mais Médicos, Minha Casa, Minha Vida, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o aumento real do salário mínimo. Enalteceu ainda iniciativas como o Pé-de-Meia, Desenrola Brasil, Luz para Todos e Gás para Todos. Reforçou a importância da tributação dos mais ricos para financiar políticas públicas e apoiou o Projeto de Lei



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

(PL) nº 1.087, de 2025, que dispõe sobre a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Por fim, chamou o Parlamento à responsabilidade com os mais pobres e defendeu o compromisso do Governo Lula com a justiça social.

Guilherme Boulos (PSOL - SP) - O Deputado criticou a reação de Parlamentares incomodados com as críticas recebidas nas redes sociais por apoiarem o aumento do IOF, da conta de luz e do número de Deputados. Afirmou que a melhor resposta seria aprovar medidas de justiça fiscal, como o Projeto de Lei (PL) nº 4.413, de 2023, de sua autoria, que busca acabar com os supersalários e cuja urgência ainda não foi votada. Ademais, defendeu o PL nº 1.087, de 2025, que trata da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, bem como a taxação dos super-ricos, incluindo bilionários, bancos e casas de aposta. Por fim, sustentou que tais medidas enviariam ao País uma mensagem positiva e fariam o Congresso ser valorizado pela população.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado defendeu seu voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 214, de 2025, que sustou os efeitos do decreto responsável pela majoração do IOF, afirmando que o Parlamento agiu corretamente ao impedir um abuso do Governo. Criticou a decisão do Governo Federal de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) e afirmou que o Congresso está de costas para o Planalto por este não responder ao clamor das ruas. Destacou que o IOF é regressivo e prejudica alimentos, micro e pequenas empresas e a população em geral. Reprovou a tentativa de vincular o IOF ao debate sobre o Imposto de Renda e defendeu o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 139, de 2025, de sua autoria, que institui o Sistema Nacional de Proteção da Economia contra Juros Abusivos - SNPEJA, com incidência imediata sobre rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa que excedam a taxa real média de juros praticada por países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelos Estados Unidos da América (EUA), como forma eficaz de tributar os mais ricos. Por fim, acusou os defensores do decreto de fazerem uso político e eleitoreiro da proposta.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado contestou a coerência do discurso do Partido dos Trabalhadores (PT) sobre a taxação de bilionários, apontando contradição entre a retórica adotada e as medidas efetivamente praticadas pelo Governo Lula. Criticou o perdão parcial da dívida de sete empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato, que, mesmo após acordos de leniência, ainda devem R\$ 11 bilhões ao Estado. Destacou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* segundo a qual o Governo elevou para até 50% o desconto concedido a essas empresas, o que resultaria em uma renúncia fiscal de R\$ 6 bilhões. Por fim, condenou o aumento do imposto de importação sobre carros elétricos e híbridos, alegando que a medida penaliza o trabalhador mais simples.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas. Ademais, elogiou a atuação do Governo Lula e do ex-Ministro Patrus Ananias na criação do Bolsa Família e afirmou que o Presidente da República, em seu terceiro mandato, está reconstruindo políticas públicas desmanteladas pelo Governo Bolsonaro. Por fim, criticou a tentativa de obstrução da proposição por partidos de Oposição e concluiu afirmando que a base governista seguirá mobilizada para garantir a governabilidade e a continuidade das políticas sociais.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada informou sobre o acordo firmado com a bancada do Partido Liberal (PL) para retirada da obstrução parlamentar, lendo o §2º do art. 2º, incluído no Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas. Ademais, homenageou a ex-Deputada Federal Ana Perugini, do Partido dos Trabalhadores (PT), de São Paulo, que foi a primeira autora da proposição, reapresentada posteriormente pela Deputada Luizianne Lins.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do País para a definição e implementação de políticas públicas. Ademais, reprovou a proposta por servir à retórica demagógica do Governo Federal e por comprometer a credibilidade estatística do País, a exemplo do ocorrido na Argentina sob o Governo da ex-Presidente Cristina Kirchner. Além disso, alertou para a manipulação de dados com fins políticos. Por fim, criticou a perda de credibilidade do IBGE, citando publicações recentes com erros geográficos.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do País para a definição e implementação de políticas públicas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do País para a definição e implementação de políticas públicas. Ademais, criticou a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmando que decisões monocráticas têm anulado deliberações do Congresso Nacional. Além disso, defendeu o restabelecimento do Estado de Direito, com respeito aos artigos 5º, 49, 52, 129 e 220 da Constituição. Por fim, afirmou que a população questiona o papel do Poder Legislativo e cobrou reação firme do Congresso diante da crescente interferência do Poder Judiciário.

Luizianne Lins (PT - CE) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do País para a definição e implementação de políticas públicas.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do País para a definição e implementação de políticas públicas. Ademais, solicitou ao Presidente em exercício tempo para análise do relatório a fim de verificar se o acordo firmado foi cumprido e, assim, retirar a obstrução parlamentar para votar a proposição.

José Airton Félix Cirilo (PT - CE) - O Deputado homenageou o Centro Regional Integrado de Oncologia (Crio), que completou 50 anos em 2025, destacando sua trajetória de excelência no tratamento humanizado do câncer no Ceará e no Nordeste. Ressaltou que a instituição, credenciada pelo Ministério da Saúde, realiza mais de 20 mil atendimentos mensais e investiu cerca de 3 milhões de dólares na modernização de seu



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

parque radioterápico. Enalteceu a atuação do Diretor-Presidente, Dr. Francisco Álvaro de Andrade Neto, e da Dra. Suely Kubrusly. Além disso, alertou para as desigualdades no acesso à saúde e defendeu o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Por fim, celebrou a campanha Julho Laranja, dedicada à conscientização sobre saúde bucal na infância, com foco na ortodontia preventiva, essencial para o desenvolvimento saudável e fortalecimento da autoestima de crianças e adolescentes.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado condenou o Partido dos Trabalhadores (PT) por manipular a opinião pública com informações falsas sobre a derrubada do aumento do IOF. Ressaltou que a decisão contou com o apoio de 383 Parlamentares e impediu que a população mais pobre arcasse com mais R\$ 10 bilhões em tributos sobre empréstimos e cartões de crédito. Rechaçou a narrativa de que a medida favoreceria os ricos, destacando que o próprio Governo Lula concedeu 98 das 298 isenções fiscais vigentes, totalizando R\$ 175 bilhões. Além disso, criticou o Presidente Lula, a Primeira-Dama Janja e o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad pela irresponsabilidade fiscal, por retrocessos institucionais e pelo endividamento crescente. Ao final, afirmou que continuará denunciando as contradições da Esquerda e defendeu o papel do Congresso na contenção dos abusos do Poder Executivo.

Missionário José Olimpio (PL - SP) - O Deputado saudou a presença, na Casa, do ex-Deputado Federal e atual Deputado Estadual pelo Paraná, Ricardo Arruda, do Partido Liberal (PL).

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado prestou homenagem póstuma ao Reverendo Jimmy Swaggart, falecido aos 90 anos, nos Estados Unidos. Ressaltou a relevância do pastor televangelista, que levou a mensagem do Evangelho a mais de 140 países por meio do rádio e da televisão. Ademais, manifestou condolências à família enlutada. Ao final, solicitou um minuto de silêncio em honra do legado do Reverendo.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado criticou a Oposição pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 214, de 2025, que sustou a eficácia do decreto federal responsável pelo aumento do IOF. Ademais, afirmou que o PDL é inconstitucional, por usurpar prerrogativas do Executivo, e que seus defensores impediram a tributação de bilionários, bancos e sites de apostas. Por fim, defendeu o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, enviado pelo Presidente Lula, que concede isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do País para a definição e implementação de políticas públicas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Vereador Darcio Bracarense, de Vitória (ES), destacando seu apoio aos trabalhos da Subcomissão da Anistia. Ademais, afirmou que o objetivo da Subcomissão é revelar ao povo brasileiro a verdade sobre as manifestações de 8 de janeiro de 2023.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do País para a definição e implementação de políticas públicas. Ademais, criticou o uso de narrativas para inflar artificialmente indicadores econômicos, apontando que, inicialmente, a proposição buscava simular um aumento de até 13% no Produto Interno Bruto (PIB) sem acréscimo real de riqueza. Além disso, ressaltou que o Brasil caiu da sétima para a décima posição entre as maiores economias do mundo entre 2013 e 2024, e defendeu a retomada da responsabilidade fiscal. Adicionalmente, condenou o aumento do número de Ministérios, a elevação da taxa Selic e o crescimento de impostos, alertando que tributos supostamente voltados aos mais ricos acabam penalizando os mais pobres, especialmente no caso do IOF. Ao final, pediu maior rigor com os gastos públicos.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado saudou a presença do Vereador Darcio Bracarense, de Vitória (ES), e destacou sua nomeação como Secretário da Subcomissão de Anistia da Câmara dos Deputados. Ademais, elogiou o mandato combativo e altivo exercido por Darcio na Câmara Municipal e afirmou que sua experiência legislativa e capacidade de articulação contribuirão significativamente para os trabalhos da Subcomissão.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do País para a definição e implementação de políticas públicas. Ademais, repudiou o controle e o silenciamento das mulheres, afirmando que a fala feminina não deve ser subordinada à autoridade masculina. Ao final, defendeu o direito das mulheres à liberdade de expressão e ao reconhecimento pleno de sua atuação profissional e social.

Denise Pessôa (PT - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do País para a definição e implementação de políticas públicas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada proferiu parecer à Emenda de Plenário nº 1 ao Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do País para a definição e implementação de políticas públicas.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do País para a definição e implementação de políticas públicas. Ademais, criticou o Governo Lula por utilizar discursos demagógicos e populistas, demonstrando preocupação com a transparência das contas públicas. Além disso, condenou a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acusando-o de manipular dados e desacreditar informações oficiais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado elogiou o bom diálogo da Relatora com a Oposição sobre o Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do País para a definição e implementação de políticas públicas. Defendeu o respeito entre as diferentes representações políticas no Congresso Nacional e ressaltou as melhorias incorporadas à proposição após ajustes negociados. Além disso, manifestou preocupação com a democracia, acusando o Poder Executivo de tentar enfraquecer o Parlamento por meio do chamado “judicialismo de coalizão”. Por fim, defendeu a autonomia do Poder Legislativo e reiterou que o Congresso Nacional representa a totalidade da população brasileira.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do art. 5º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do País para a definição e implementação de políticas públicas.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 5º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 5º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 5º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 5º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas. Na oportunidade, criticou a possível participação de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que classificou como radicais e inapropriados para essa função, e pediu apoio da oposição para barrar esse trecho do texto.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do Art. 5º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas.

Maria Arraes (SOLIDARIEDADE - PE) - A Deputada orientou a bancada na votação do Art. 5º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas.

BREVES COMUNICAÇÕES

Luizianne Lins (PT - CE) - A Deputada, autora do Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas, agradeceu à Relatora Talíria Petrone pelo trabalho na articulação do projeto sobre a Política Nacional de Cuidados e à Câmara dos Deputados pela aprovação da proposta. Destacou a estruturação da Secretaria Nacional de Cuidados e Família no Governo Lula como parte desse avanço e fez um apelo para que o Senado tenha a mesma sensibilidade na tramitação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada, Relatora do Projeto de Lei nº 638, de 2019, sobre a Política Nacional de Cuidados, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas, agradeceu às assessorias, à Secretaria da Mulher da Câmara e à autora, Deputada Luizianne Lins. Enfatizou que o projeto vai além de ideologias partidárias e reconhece o cuidado não remunerado — geralmente feito por mulheres — como trabalho essencial à sociedade e à economia. Concluiu destacou que a proposta cria mecanismos para mensurar esse trabalho invisível e reforçou sua importância para o desenvolvimento do Brasil.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado expressou preocupação com a crise no agronegócio brasileiro, especialmente diante da queda acentuada no preço da soja, sem redução proporcional nos custos de insumos e impostos. Alertou sobre o aumento dos pedidos de recuperação judicial no setor e defendeu que o Governo do Mato Grosso reveja o modelo de cobrança do Fundo de Transporte e Habitação, propondo que a taxa seja proporcional ao valor da saca. Além disso, criticou a forma como o Governo Federal lida com o agronegócio, alegando preconceito, e defendeu a realização de uma audiência pública nacional sobre securitização de dívidas agrícolas. Por fim, afirmou que o agro é essencial para a economia e precisa ser tratado como prioridade estratégica.

Paulão (PT - AL) - O Deputado criticou o ato da extrema direita ocorrido em São Paulo (SP), classificando-o como um fracasso e destacando a ausência de reação significativa por parte da sociedade. Ironizou a atuação do Pastor Silas Malafaia, a quem chamou de “Rasputin atualizado”, e observou que os Parlamentares da extrema direita permaneceram calados após o evento. Em seguida, defendeu a política tributária proposta pelo Governo Lula, afirmando que o sistema atual é injusto e sobrecarrega os mais pobres, a classe média e os trabalhadores. Criticou a derrubada do decreto sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) pelo Congresso, mas elogiou a coragem do Presidente Lula ao lançar o Plano Safra, contemplando tanto o agronegócio quanto a agricultura familiar. Concluiu reforçando a importância de tributos justos para financiar políticas sociais.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado agradeceu ao Prefeito Galego, ao Vice-Prefeito Gilberto, ao Presidente da Câmara Ney e aos Vereadores de Guajeru (BA) pela realização da XV Cavalgada da cidade, destacando a organização e o envolvimento da população. Elogiou o desfile com cavalos e bandeiras, que mobilizou toda a comunidade, e ressaltou o momento de confraternização no garajão, onde foi servido almoço a todos os presentes. Encerrou parabenizando a gestão municipal e os moradores pela bela festa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado denunciou o abandono do zoológico da Bica, em João Pessoa (PB), após o furto de aves silvestres em extinção e outros animais. Cobrou providências urgentes da Prefeitura da capital e do Governo da Paraíba, exigindo melhorias na infraestrutura, nos cuidados com os animais e na segurança do local. Concluiu destacando a importância do parque para as famílias da Grande João Pessoa e classificou a situação como vergonhosa, apelando por mais atenção dos poderes públicos.

Átila Lins (PSD - AM) - O Deputado manifestou preocupação com a possibilidade de uma nova operação ambiental em Boca do Acre (AM), após excessos cometidos por órgãos federais em Apuí (AM). Denunciou o embargo de mais de 100 propriedades pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que deu prazo de 30 dias para retirada de animais e suspensão de atividades agropecuárias. Relatou a mobilização de autoridades e moradores locais diante do clima de medo e insegurança, pedindo respeito aos produtores que atuam dentro da legalidade. Defendeu o meio ambiente, mas exigiu fiscalização com critério, diálogo e humanidade, criticando abordagens agressivas e generalizações. Por fim, saudou a suspensão da Operação Atmosfera em Apuí e pediu que o mesmo modelo de mediação seja adotado em Boca do Acre.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado relatou os problemas do Residencial Canto da Serra, em Imperatriz (MA), iniciado em 2012 pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Afirmou que a obra foi mal planejada, localizada em área de alagamento, o que gerou prejuízos, inclusive com a demolição de 163 casas, e que desde 2017, tem atuado para retomar e melhorar o projeto, viabilizando recursos para drenagem e cobrando a correção da pavimentação. Alertou para a falta de segurança pública, creches, escolas e Unidade Básica de Saúde (UBS), destacando que cerca de 10 mil pessoas irão morar no local. Reconheceu os esforços do Ministro das Cidades, Jader Filho, do Governador Carlos Brandão e do Secretário Sebastião Madeira, e afirmou que continuará buscando soluções junto ao Governo Federal e à Prefeitura de Imperatriz para garantir moradia digna com acesso a serviços públicos essenciais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Governo Federal pela não conclusão de obras prometidas nos programas PAC 1, 2 e 3, especialmente na Paraíba. Destacou que há cerca de mil obras paralisadas no Estado, com ênfase nas más condições das BRs 230 e 101, principais vias de acesso à Grande João Pessoa (PB). Reforçou o pedido para a duplicação da BR-230 até Cajazeiras (PB), citando o número elevado de acidentes e a cobrança da população. Por fim, acusou o Governo Lula de esquecer a Paraíba e agir apenas em épocas eleitorais, classificando a gestão como um “desgoverno”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Any Ortiz (CIDADANIA - RS) - A Deputada criticou a postura do Governo Lula diante de decisões do Congresso, acusando-o de recorrer ao Supremo Tribunal Federal sempre que contrariado, como nos casos da desoneração da folha e da derrubada do decreto do IOF. Ressaltou que essas decisões foram tomadas por ampla maioria, refletindo a vontade popular. Também afirmou que o IOF não atinge apenas os ricos, mas toda a população, e denunciou o aumento ou criação de 24 tributos desde 2023. Além disso, afirmou que o problema do País não é a arrecadação, mas os gastos excessivos, privilégios e falta de controle. Encerrou elogiando a Câmara por revogar o decreto do IOF.

Delegado Fabio Costa (PP - AL) - O Deputado prestou homenagem póstuma ao sanfoneiro e compositor Sebastião José Ferreira, o Xameguinho, ícone do forró em Alagoas e no Brasil. Destacou sua contribuição artística ao lado de nomes como Geraldo Cardoso, Mestre Zinho e Mano Walter, além da parceria marcante com Kara Véia. Ressaltou a simbólica coincidência de sua morte durante o período junino e relatou a despedida feita por amigos ao som da sanfona, instrumento que marcou sua trajetória. Encerrou expressando solidariedade aos familiares e admiradores do músico.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado contestou os discursos sobre a ganância do Governo Federal e apresentou números para sustentar que o aumento de 1 trilhão de reais na dívida pública em 2024 derivou de 930 bilhões em juros, 30 bilhões pela variação cambial e 40 bilhões de déficit primário. Apontou que a despesa primária caiu para 18,6% do PIB e que o déficit recuou para 11 bilhões, enquanto a inflação seguiu trajetória descendente. Criticou o Banco Central por elevar a Selic e por não prestar contas ao Congresso, graças à lei de independência do órgão. Por fim, anunciou projeto que reduz 10% dos incentivos fiscais em dois anos.

Mário Heringer (PDT - MG) - O Deputado anunciou a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição para limitar visitas de Parlamentares a unidades de saúde com fins políticos, denunciando que tais ações podem expor profissionais ao constrangimento público. Citou o caso da médica Carla Costa, violentamente agredida durante atendimento em Juiz de Fora (MG), como exemplo da vulnerabilidade desses profissionais. Também afirmou que a precariedade da saúde pública não é responsabilidade dos trabalhadores da área, mas da má gestão. Ao concluir, anunciou que buscará apoio para sua proposta, que visa garantir proteção e respeito aos que atuam no sistema público de saúde.

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado registrou homenagem à Igreja Evangélica Pentecostal Missão da Última Hora pelos 37 anos de atuação, celebrados no último final de semana em Novo Hamburgo (RS), onde está localizada a sede da instituição. Ressaltou que a igreja mantém presença em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

sessenta Municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, além de desenvolver atividades missionárias na Argentina, Paraguai, Moçambique e Malawi, com mais de setenta congregações na África. Além disso, destacou que a entidade, que é presidida pelo Pastor Rubem Rafael Schmidt e tem o Pastor Jair de Oliveira como vice, também se destaca pelo trabalho social que realiza.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado criticou a aprovação, pela Câmara, do projeto que sustou o decreto do Presidente Lula sobre o aumento do IOF, classificando-o como inconstitucional e como um ataque direto à população mais pobre. Ressaltou que a extrema direita agiu em defesa dos super-ricos e contra os trabalhadores, ao tentar impedir a cobrança de impostos sobre os que detêm maior renda. Também acusou esses grupos de atuarem em favor de interesses do capital financeiro e de impedir a devolução de valores fraudados de aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Por fim, defendeu a agenda do Governo Lula, voltada à justiça fiscal e à proteção dos mais pobres.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado rebateu declarações feitas por um Parlamentar, acusando-o de mentir e de desqualificar Parlamentares de direita. Defendeu a liberdade de expressão na tribuna e afirmou que o Presidente Lula esteve preso por corrupção, destacando o papel do então juiz Sergio Moro no processo. Alegou que o atual Governo está envolvido em novos escândalos e defendeu a instauração de uma CPI ou CPMI para investigar irregularidades no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), afirmando que as apurações podem atingir o Presidente ou pessoas próximas a ele.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defendeu a Trensurb, empresa pública que opera o transporte ferroviário na Região Metropolitana de Porto Alegre (RS), alertando para o risco de desmonte e prejuízos causados pela falta de investimentos. Também anunciou mobilização no dia 13 de julho em apoio à empresa. Além disso, denunciou o esvaziamento dos Correios, criticando o fechamento de agências, demissões e a ausência de um plano de recuperação. Relatou ainda que o presidente da estatal colocou o cargo à disposição por não aceitar o desmonte. Ao concluir, reafirmou seu compromisso com a defesa dos serviços públicos.

Welter (PT - PR) - O Deputado destacou indicadores positivos da economia brasileira, como inflação controlada, queda nos preços dos alimentos, geração de empregos e aumento do poder de compra da população. Ademais, comparou o Congresso a um grande avião em pleno voo, criticando os que tentam desestabilizá-lo por interesses eleitorais. Defendeu que a política deve ser feita com diálogo e responsabilidade institucional. Além disso, comentou a judicialização da suspensão do decreto do IOF, afirmando que a prerrogativa sobre alíquotas é do Presidente da República, e lembrou que Governos anteriores também usaram esse instrumento sem questionamentos do Parlamento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada manifestou repúdio à decisão do Governo Federal de acionar o Supremo Tribunal Federal após a aprovação, pelo Congresso, do projeto que revogou o decreto do Presidente Lula sobre o aumento do IOF. Destacou que essa medida desrespeita a soberania do Parlamento e revela uma estratégia de legislar por decreto e governar por meio de decisões judiciais. Classificou a situação como reflexo de um desgoverno e fez um apelo em defesa da democracia e da liberdade, que estariam sendo sufocadas. Ao concluir, reafirmou seu compromisso com a vontade popular expressa no Legislativo.

Raimundo Santos (PSD - PA) - O Deputado saudou os pastores e membros da Comieadepa, primeira Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus, fundada no Brasil, que celebrou 104 anos de existência e realizou sua 123ª Assembleia Geral Ordinária. Destacou a trajetória da convenção, marcada por fé, lutas e compromisso com a evangelização e inclusão social. Além disso, citou mensagem do Pastor Océlio Nauar, presidente da convenção, e ressaltou a participação histórica de seu pai, membro da Comieadepa por 70 anos. Finalizou desejando bênçãos para os convencionais e para o Brasil.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado destacou a importância da COP 30, que será realizada em Belém (PA), ressaltando que a discussão sobre a Amazônia deve refletir a realidade de seus habitantes e não tratá-los como vítimas. Defendeu a valorização da população local, investimento em ciência, tecnologia e inovação para promover emprego e qualidade de vida na região. Também criticou a falta de políticas públicas eficazes em saneamento, habitação e educação na Amazônia e enfatizou que sustentabilidade ambiental deve andar junto com o desenvolvimento social. Ao concluir, pediu protagonismo do Parlamento no debate para garantir soluções concretas ao bioma e às pessoas que vivem na região.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado destacou Santa Catarina como a quinta maior economia do Brasil e principal destino migratório do País, com 400 mil pessoas chegando ao Estado. Ressaltou a importância da duplicação das rodovias BR-470 e BR-282 para melhorar a infraestrutura, essenciais para o desenvolvimento regional e o escoamento da produção catarinense. Apontou a BR-101, já duplicada no litoral, como exemplo, e sugeriu que as obras das outras rodovias sejam realizadas por meio de concessões público-privadas, devido à limitação de recursos da União. Finalizou com apelo para apoio à melhoria da infraestrutura no Estado.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada destacou a persistente desigualdade social no Brasil, um dos países mais desiguais do mundo, apesar de sua posição econômica global. Ressaltou que o combate a essa realidade tornou-se prioridade no Governo do Presidente Lula, que busca avançar na taxação de bilionários, banqueiros e grandes fortunas (taxação BBB). Alertou que essa proposta enfrenta resistência no Plenário e conclamou os



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Parlamentares a assumirem a responsabilidade de aprovar medidas de justiça tributária, essenciais para reduzir privilégios fiscais e promover um Brasil mais justo e desenvolvido.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado criticou o Presidente Lula, acusando-o de mentir ao afirmar que nunca precisou de doações para sua defesa, e citou reportagens que indicam uso de recursos do PT para custear advogados na Lava Jato. Denunciou a política econômica do Governo, mencionando juros elevados e falta de diálogo com o Congresso. Ao final, afirmou que a base governista é frágil, e o Governo mente ao apresentar medidas que, na prática, prejudicam o povo brasileiro.

Alexandre Lindenmeyer (PT - RS) - O Deputado destacou a redução da taxa de desocupação no Brasil, que atingiu 6,2% no trimestre encerrado em abril, o menor índice para o período desde 2012. Ressaltou que o número de pessoas desocupadas caiu para 6,83 milhões, representando 445 mil a menos do que no mês anterior e 955 mil a menos em relação a maio de 2024 — uma queda de 12% em um ano. Ao final, comemorou os dados, que apontam para mais trabalhadores em atividade, crescimento da formalidade e aumento da renda da população, reforçando sinais de recuperação econômica no País.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado criticou o Governo Federal por omitir os beneficiários do Bolsa Família das estatísticas de desemprego no Brasil. Afirmou que, caso esses cidadãos tivessem carteira assinada, o número real de desempregados seria mais alto. Por fim, apontou que é incoerente celebrar recordes de emprego enquanto se ignora essa parcela da população, o que classificou como mais uma tentativa do Governo de mascarar a realidade econômica do País.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado comunicou sobre uma ocorrência policial em andamento em Campo Mourão (PR), envolvendo a apreensão de mais de 200 quilos de explosivos de alto poder destrutivo. Esclareceu que o material havia sido roubado de uma pedreira e possivelmente seria utilizado em crimes como explosões de caixas eletrônicos. Por fim, acrescentou que a operação está sendo conduzida pela Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros do Paraná, que isolaram um quarteirão inteiro e retiraram moradores das proximidades por segurança.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado relatou um caso ocorrido em Vila Velha (ES), no qual uma mãe levou suas filhas ao Pronto Atendimento da Glória após notar mudanças de comportamento. Acrescentou que a assistente social constatou que as crianças estavam sendo abusadas pelo padrasto, que foi detido pela Guarda Municipal. Nesse sentido, destacou a importância da transformação das Guardas Municipais em Polícias Municipais e elogiou o trabalho da corporação local, especialmente da agente Lara.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Por fim, defendeu mudanças no Código Penal para impedir a progressão de pena em casos de abuso sexual infantil.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado criticou a atuação de adversários políticos em Marabá (PA), destacando que, mesmo após o fim do processo eleitoral, persiste uma disputa marcada por vaidades e ataques. Defendeu o Prefeito eleito Toni Cunha (PL), ressaltando sua vitória contra a máquina pública e o grupo do ex-candidato Chamonzinho (MDB). Também informou que veículos de comunicação locais, como o jornal e emissora Correio, têm promovido ataques sistemáticos ao atual Gestor, liderados pelo jornalista Chagas Filho.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado criticou a judicialização da decisão do Congresso Nacional que derrubou o aumento do IOF, alegando que o imposto elevaria o custo dos investimentos e da geração de empregos. Afirmou que a carga tributária brasileira já é excessiva e que o Governo deveria reduzir despesas, em vez de aumentar impostos. Declarou esperar que o Ministro Alexandre de Moraes, relator da ação no Supremo Tribunal Federal, desconsidere a decisão do Legislativo, o que, na sua avaliação, demonstraria desrespeito à democracia e ao Congresso Nacional. Também criticou o PSOL por acionar a Corte.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado denunciou o abandono estrutural das bibliotecas nas escolas do Acre, revelando que apenas 28,7% das instituições estaduais contam com sala de leitura e nenhuma possui bibliotecário. Alertou para os impactos diretos na aprendizagem, como IDEB abaixo da média nacional e evasão escolar de quase 12% no Ensino Médio. Também cobrou providências do Ministério da Educação, que, segundo ele, falha há mais de uma década na implementação da Lei nº 12.244, de 2010, que determina bibliotecas em todas as escolas. Por fim, exigiu da Secretaria de Educação do Acre um plano emergencial com bibliotecas estruturadas e mediadores capacitados.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado celebrou o lançamento do Plano Safra 2025-2026, anunciado pelo Presidente Lula, destacando o volume recorde de R\$ 516,2 bilhões em crédito para médios e grandes produtores. Informou que o programa alia crescimento econômico, inovação tecnológica e responsabilidade socioambiental, com incentivos a práticas sustentáveis, ampliação de armazenagem e fortalecimento do Pronamp. Também ressaltou os R\$ 78,2 bilhões destinados à agricultura familiar, reforçando o papel dos pequenos produtores na segurança alimentar. Ao final, afirmou que o novo Plano Safra representa um investimento no futuro do País e exige o engajamento do Congresso em políticas que promovam justiça social e sustentabilidade no campo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado manifestou preocupação com a paralisação das obras da Hidrovia Araguaia-Tocantins, considerada estratégica para o desenvolvimento do Tocantins e do Norte do Brasil. Informou que o projeto pode reduzir custos logísticos, emissões de poluentes e pressão sobre rodovias, integrando o Centro-Oeste ao Arco Norte de forma sustentável. Também defendeu o cumprimento rigoroso das normas ambientais e a escuta das comunidades tradicionais, conforme a Convenção 169 da OIT, mas alertou que a insegurança jurídica compromete investimentos e a geração de empregos. Ao final, reafirmou apoio à hidrovia, desde que respeitados os direitos sociais e ambientais, em nome do progresso com responsabilidade.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado alertou para o que chamou de “irresponsabilidade fiscal sem precedentes” do Governo Federal, destacando o crescimento da dívida pública para R\$ 7,3 trilhões. Afirmou que a política de aumento de gastos tem pressionado a taxa Selic, encarecendo o crédito e penalizando os trabalhadores. Criticou a manutenção de tributos como o ICMS sobre combustíveis e denunciou a baixa qualidade dos serviços públicos apesar da alta carga tributária. Também defendeu o controle rigoroso dos gastos, o fim da complacência com a má gestão e uma mudança de mentalidade no País.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado parabenizou os clubes brasileiros Fluminense e Palmeiras pelo desempenho no Mundial de Clubes da FIFA, ressaltando o orgulho nacional ao vê-los entre os oito melhores do mundo. Destacou que, além do mérito esportivo, a participação dessas equipes simboliza o poder transformador do esporte na vida de milhares de jovens. Ao final, defendeu o esporte como ferramenta de inclusão, disciplina e superação, e cobrou políticas públicas que fortaleçam sua presença nas escolas e comunidades.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado manifestou-se contra a ampliação do número de cadeiras na Câmara dos Deputados, que passou de 513 para 531, com impacto estimado de R\$ 64 milhões anuais. Afirmou que o momento de crise fiscal torna a decisão incoerente. Criticou a opção por aumentar gastos públicos sem reduzir cadeiras de Estados super-representados. Ao final, lembrou que o Brasil possui um dos Parlamentos mais caros do mundo e defendeu mais responsabilidade com os recursos da população.

Rubens Otoni (PT - GO) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de lei nº 3.278, de 2021, que estabelece um marco legal para o transporte público coletivo urbano. Destacou os direitos previstos aos passageiros, como acessibilidade, segurança, sustentabilidade, prioridade nas vias e acesso à informação. Também ressaltou deveres como o respeito aos profissionais e ao patrimônio público. Apontou a importância da participação social na gestão dos sistemas, por meio de conselhos com representantes da sociedade civil,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 115.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2025

usuários, operadores e poder público. Ao final, afirmou que o projeto fortalece a cidadania, promove cidades mais justas e sustentáveis e precisa ser debatido com seriedade e visão de futuro.

ENCERRAMENTO